

**UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS
DE 1990 E 2000 – OS IMPACTOS E RESSONÂNCIAS DA
ECONOMIA INTERNACIONAL NO BRASIL.**

LEIDEINE QUEIROZ DE JESUS
UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR

ROBERVAL DE JESUS ARAUJO
UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR

SILVIA SOUZA GUSMÃO
UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR

RESUMO: este artigo destina-se a investigação dos impactos que a economia brasileira sofreu, com as crises e a globalização da economia mundial compreendido nas décadas de 1990 e 2000. Está dividido em quatro partes. Introdução, na qual será apresentada uma visão geral da economia mundial e brasileira destacando os principais pontos para discussão, os fundamentais. Análise do cenário externo, com avaliação das crises e principais agentes em cada momento. Análise do cenário interno, buscando compreender como a globalização e movimentos internacionais afetaram a economia brasileira, e em algumas situações outros países, dentre eles os membros do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. Nas considerações finais serão discutidos os impactos da globalização nas economias brasileira e em outras economias, e como as mesmas se comportaram neste cenário de economias mundiais interconectadas.

Palavras-chave: Economia Brasileira, Crises, Cenário Interno, Cenário Externo, PIB e Taxa de Crescimento.

1 INTRODUÇÃO

No fim do século XX, o cenário internacional foi marcado por um processo de rápidas e profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Essa dinâmica vem ocorrendo tanto nas economias mais desenvolvidas como nos países da periferia do sistema (FILGUEIRAS, 2006). Nesse processo, alguns fenômenos ocorridos possuem relativa importância, a saber, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização.

O neoliberalismo, de acordo com Sandroni (1989, p. 214), consiste numa “doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno”. Filgueiras (2006) destaca que no final dos anos 70 essa doutrina foi difundida em quase todos os países ocidentais. Neves (2012) esclarece que um dos fatores que explicam a expansão do pensamento neoliberal nessa época foi a crise do fordismo, com destaque para o “desmoronamento” do acordo de Bretton Woods e o aumento do preço do petróleo nos anos de 1973 e 1979.

A reestruturação produtiva ocorreu na década de 70 em resposta a uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, após um período de mais de 25 anos de crescimento (FILGUEIRAS, 2006). Conforme este autor, os efeitos dessa crise consistem, sobretudo, na aceleração das taxas de inflação, na diminuição da produtividade e dos níveis de crescimento, no aumento dos déficits públicos e do desemprego.

Globalização é o “termo que designa o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes” (SANDRONI, 1999, p. 265). Para Filgueiras (2006, p. 42) a globalização consiste num “processo de aprofundamento das tendências mais iminentes do sistema capitalista”, que levou ao desmonte dos espaços nacionais, e, dentre outras consequências, promoveu à constituição de três grandes influências, com as respectivas hegemonias dos Estados Unidos (NAFTA - *North American Free Trade Agreement*), da Alemanha (UE – União Europeia) e do Japão (sudeste asiático), além da influência do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), sendo esta, em menor relevância. Algumas transformações afetaram a estrutura da sociedade promovendo uma nova forma de organização, comunicação e relacionamento na sociedade. Então são propostos novos conceitos e uma nova perspectiva teórica para a compreensão de tendências que caracterizam a estrutura e a dinâmica das nossas sociedades no mundo do século XXI, uma sociedade estruturada interconectada em rede, segundo Castells (1999).

Diante do exposto, é notável que a evolução recente da economia brasileira tem se mostrado sensível às transformações ocorridas no cenário internacional (FILGUEIRAS, 2006). Contudo, vale ressaltar, que tais mudanças acabaram chegando ao Brasil com um evidente “atraso”, principalmente quando comparado com outras economias da América Latina (FILGUEIRAS, 2006).

Assim, este artigo tem como objetivo central realizar uma análise da evolução da economia brasileira nas décadas de 1990 e 2000, utilizando como fator explicativo as transformações no panorama internacional, e o rebote disso nas economias descentralizadas. Para tanto, utilizou-se como recurso metodológico o levantamento teórico, a construção de gráficos e recolhimento de dados do Banco Mundial, Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Organização das Nações Unidas.

Desse modo, a seguir será realizada uma breve análise do contexto internacional nas décadas supracitadas, a qual servirá de suporte para o entendimento do posicionamento econômico adotado pelo Brasil nas referidas décadas.

2 CENÁRIO EXTERNO NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

No final do século XX, como já relatado, “mudanças profundas (...) em curso no cenário mundial, (...) com consequências na estrutura do poder, na conjuntura das nações e na vida das pessoas” (BRUM, 2008, p. 443). Tais transformações forneceram as bases para a ocorrência de alguns fatos na década de 90, que são importantes na formação do contexto econômico internacional, e que certamente repercutiram na economia brasileira nessa década. A seguir, serão discutidos os principais temas do referido período.

2.1 Consenso de Washington

Foram convocados pelo Instituto de Economia Internacional, em novembro de 1989, economistas e funcionários do governo dos EUA, FMI, BIRD e BID, os quais reuniram-se em Washington para avaliar “as reformas (de caráter liberal) já em andamento na região e criar oportunidade de coordenação das ações por parte de entidades com papel importante nesse processo” (FILGUEIRAS, 2006, p. 95). Entende-se por Consenso de Washington, segundo Sandroni (1999, p. 123),

conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do BIRD e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D. C. no início dos anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamento, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional.

Contudo, Sandroni (1999) explica que, embora os países que seguiram a cartilha do Consenso de Washington tenham obtido êxito no combate à inflação e no plano social, as consequências foram desastrosas: um complexo de desemprego, recessão e baixos salários, somado com um crescimento econômico insuficiente. Esse impacto negativo sobre a economia levou a uma reformulação na direção de um Pós-Consenso de Washington “que ressalta, sobretudo, a importância de os ‘países emergentes’ terem um sólido sistema financeiro, cuja criação e manutenção exigem que o Estado participe ativamente” (STIGLITZ, 1999 apud FILGUEIRAS, 2006, p. 98).

2.2 Crises nos anos 90

A década de 90 foi marcada pela ocorrência de algumas crises que afetaram sensivelmente as economias, a exemplo do Brasil, tendo como protagonistas alguns países e regiões, no contexto internacional.

2.2.1 Crise do México

A crise do México, que conforme Sandroni (1999, p. 197) foi denominada popularmente como Efeito Tequila consistiu em uma “crise cambial (...) no final de 1994, em função de fortes déficits em seu balanço de pagamentos”. De acordo com este autor, uma enorme fuga de capitais resultou na desvalorização do peso mexicano, levando a uma instabilidade dos preços e lançando o país numa forte recessão.

Essa crise, de acordo com Filgueiras (2006, p. 125-126), demonstrou a incapacidade de os países periféricos “sustentarem o crescimento econômico num ambiente de ampla

abertura comercial e financeira, utilizando-se de uma política de combate à inflação apoiada na sobrevalorização de suas moedas frente ao dólar”.

2.2.2 Crise da Ásia

De acordo com Sandroni (1999, p. 141), o colapso que ocorreu em meados de 1997 nos países do sudeste e nordeste da Ásia resultou na chamada crise asiática “que consistiu na forte desvalorização de suas moedas – com as exceções da China e Hong-Kong –, na baixa acentuada de suas Bolsas de Valores, na interrupção do crescimento econômico e até na queda de governos”.

Filgueiras (2006) explica que a crise teve início em julho, a partir da desvalorização da moeda da Tailândia, alcançando a Malásia, a Indonésia e as Filipinas; em outubro, houve um ataque especulativo contra o dólar de Hong-Kong e a queda da bolsa de valores de Nova Iorque; em novembro, a crise se aprofundou com a desvalorização do won coreano. “Em dezembro, o FMI concedeu um empréstimo de US\$ 57 bilhões à Coreia do Sul, tendo em vista o caráter abrangente assumido pela crise asiática – ao contrário da crise mexicana, que acabou confinada, nos seus efeitos, à América Latina” (FILGUEIRAS, 2006, p. 136).

2.2.3 Crise da Rússia

A crise iniciada na Ásia em 1997 foi ganhando maiores proporções até que atingiu a Rússia em 1998. Segundo Filgueiras (2006, p. 139) os “primeiros sinais ocorreram no início do segundo semestre de 1998, mas tornou-se, de fato, dramática a partir de agosto, com a decretação de moratória por parte do governo russo e a desvalorização do rublo”.

2.3 Crise Financeira de 2008

A crise financeira internacional que foi originada em meados do ano de 2007 no mercado imobiliário dos Estados Unidos após a falência do Banco de Investimentos Lehman Brothers, diretamente influenciado pelos baixos desempenhos da seguradora AIG – American International Group, especificamente na sua divisão de seguros imobiliários, adquiriu tais proporções que acabou por se transformar em uma crise sistêmica (FARHI e outros, 2009). Parafraseando Bresser-Pereira (2009, p. 133),

a crise financeira que assola o mundo é grave. Nada lhe é comparável desde 1929. É uma profunda crise de confiança decorrente de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e assim liquidar seus créditos, está levando bancos e outras empresas financeiras à situação de quebra mesmo que elas próprias sejam solventes.

O resultado dessa crise mundial foi a desaceleração de várias economias como um reflexo, uma resposta à desconfiança que pairava em relação ao sistema financeiro dos mercados, afetados pela falta de controle do ramo imobiliário americano, conforme pode-se concluir a partir da análise do gráfico no Anexo 01. Os reflexos nas economias capitalistas de forma sistêmica, foram desastrosos. Os Estados Unidos, por exemplo, tiveram crescimento do PIB de apenas 1,84% em 2008 e em 2009 a variação foi negativa no crescimento da ordem de -2,5% ou seja a economia americana “encolheu” o PIB americano decresceu em 2009. Como as economias capitalistas estão todas interligadas, globalizadas esta crise afetou diversas delas ao redor do globo, e não foi diferente com o Brasil. O crescimento apresentado pelo PIB brasileiro em 2008 (20,96%) foi quase 5% menor que 2007 (25,49%), e em 2009 apresentou variação negativa (-3,65%) ou seja, “encolheu” a economia, o PIB de 2009 apresentando um PIB que em 2008. Diversas economias tiveram seus desempenhos afetados por esta crise

gerando decréscimo do PIB no ano de 2009, quais sejam: Coréia do Sul (-10,45%), México (-19,50%), Espanha (-8,15%), Rússia (-26,42%), Canadá (-10,99%), Itália (-8,07%), Reino Unido (-17,62%), França (-7,32%), e Alemanha (-8,97%). Duas exceções merecem atenção no grupo dos BRIC – Brasil, Rússia Índia e China, as quais não apresentaram variação negativa do PIB, entretanto a “queda” de desempenho foi significativa. A Índia crescia a taxas médias anuais acima de 13% do PIB e apresentou uma queda no crescimento considerável para apenas 6,41% em 2008, e 5,46% em 2009. A China por sua vez, também sofreu recrudescimento na sua economia. O PIB da China em 2009 cresceu apenas 11,45%, contra 29,69% no ano de 2008. Cabe ressaltar ainda, que a economia japonesa, também apresentou desaceleração no seu desempenho, sobretudo no ano de 2009 quando o crescimento do PIB foi de apenas 3,14%, contrastando com o desempenho de 11,43% apresentados em 2008. Diante de todo o exposto, não há como negar que esta crise trouxe impactos negativos de forma avassaladora nas economias mundiais.

Uma vez discutido as principais crises ocorridas na década de 1990 e 2000, a seção seguinte será destinada a uma análise acerca do cenário interno nas referidas décadas, demonstrando o impacto desta conjuntura internacional com as questões mais relevantes acerca da economia brasileira.

3 ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1990 e 2000

Diante do cenário externo que foi abordado, é válido destacar que a economia brasileira mostrou-se sensível as transformações e crises econômicas que ocorreram durante as décadas de 1990 e 2000, sendo estes aspectos, inclusive, o fator explicativo para os desempenhos registrados nos indicadores nacionais, os quais serão abordados a seguir.

Nesse sentido, conforme Carcanholo (2010), a estratégia neoliberal começa a ser implantada no Brasil de forma mais sistemática no governo Collor a partir de 1990, contudo, atravessa toda a década, durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Assim, “o discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da ‘era liberal’ no Brasil” (FILGUEIRAS, 2006, p. 83-84). Esta foi marcada pelo “receituário” de políticas do Consenso de Washington, o qual defendia que os países da América Latina deveriam, tão somente, ter a capacidade de atrair os capitais internacionais, que estavam retornando, por meio de privatizações, abertura dos mercados financeiros e de produtos, bem como da estabilização do câmbio (FILGUEIRAS, 2006).

Desse modo, no período do governo Collor, foi instituído um plano de estabilização econômica que passou a se chamar de Plano Collor. As medidas tomadas pelo governo trouxeram mudanças nas áreas monetário-financeira, fiscal, de comércio exterior, câmbio e de controle de preços e salários (SANDRONI, 1999). Conforme o mesmo autor, foi elaborado posteriormente o Plano Collor 2, que teve por objetivo frear o processo inflacionário, que já alcançava a perigosa marca dos 20% ao mês. Assim, as principais medidas adotadas, de acordo com Brum (2008), foram: desregularizar a economia, promover o processo de abertura da economia brasileira, tornar o país atrativo aos investimentos internos, reduzir o tamanho e a presença direta do Estado na economia, tornar mais competitivas as exportações brasileiras, e promover o equilíbrio das contas públicas.

No ano de 1992, o então presidente da república, Fernando Collor de Mello, sofreu um *impeachment*, sendo substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que assumiu a

presidência do Brasil, tendo como principais medidas em seu governo: resgatar a ética na administração pública; preparar o país para a implantação de um plano de estabilização econômica; combater à inflação; aprofundar a abertura da economia brasileira, favorecer sua entrada competitiva na economia internacional com a retomada do crescimento; e superar a situação da pobreza e miséria da população (BRUM, 2008). As duas primeiras foram bastante objetivadas, mas vale ressaltar que as últimas medidas, voltadas ao campo social, não foram atingidas na sua totalidade.

Na sequência presidencial, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume o governo tendo como principais desafios e propósitos: retirar o Brasil da crise; reordenar a vida do país; lançar as bases de um novo ciclo histórico; e criar as condições para uma nova etapa de desenvolvimento (BRUM, 2008). Para o autor, diante de tais desafios, suas principais medidas foram: a administração do Plano Real; a privatização de estatais; vincular o real ao dólar; manter preços baixos sustentando o valor da moeda; e conter os salários. Em seu segundo mandato (1999-2002), o Brasil passa por momentos difíceis devido ao refluxo momentâneo da liquidez internacional após sucessivas crises cambiais, que culminam em mais duas crises internas em 1999 e 2002 (FILGUEIRAS e outros, 2010).

Desse modo, com a eleição presidencial de 2002, Luís Inácio Lula da Silva assume o poder em 2003, e devido à reeleição em 2006, ele ocupa a presidência até o ano de 2010. Em seu primeiro mandato, Lula não rompeu com o neoliberalismo, repetindo as linhas básicas de política econômica de FHC com baixos crescimentos no PIB. Chegou, ainda, a anunciar uma política industrial. Contudo, esta jamais fora implantada, pois entrava em contraste com a prioridade máxima dada à estabilidade monetária. No seu segundo mandato, Lula implantou o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – como uma importante ferramenta de uma nova política econômica, o qual se baseava em investimentos de infraestrutura com metas de desenvolvimento a serem alcançadas durante seu governo. Vale ressaltar que, ainda em seu segundo mandato, foi formulada uma política industrial. Todavia, a crise desencadeada em 2008, apresentou barreiras a sua implementação. Outro ponto importante na administração Lula foi a falta de estratégia econômica, que levou o país a uma evolução rumo a especialização em *commodities* agrícolas (soja e café) e industriais (siderurgia, papel e celulose, derivados do petróleo etc); tal especialização segundo o autor é indesejável uma vez que consiste num setor de baixo valor agregado por trabalhador, lento crescimento do mercado e baixo nível tecnológico (MAGALHÃES, 2010). O valor agregado ao produto é baixo e, por conseguinte, a formação de tecnologia e riqueza no país, também seguirão esta tendência.

A partir deste cenário, é válido ressaltar o comportamento da economia brasileira diante do ambiente internacional nas décadas de 1990 e 2000, mediante análise de alguns indicadores macroeconômicos.

3.1 Desempenho da Economia Brasileira

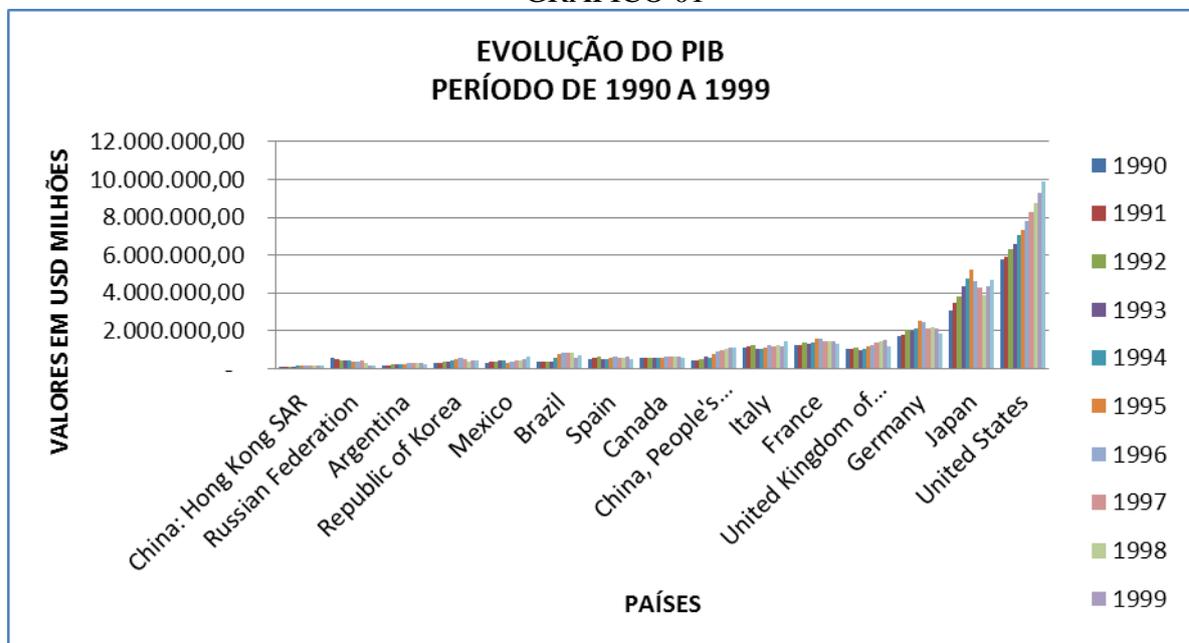
Os movimentos internacionais ocorridos durante a década de 90 impactou sensivelmente o desempenho da economia brasileira. Conforme Filgueiras (2006, p. 117), devido a forte dependência do Plano Real em relação aos capitais internacionais de curto prazo “as diversas conjunturas econômicas (...) expressaram diretamente o impacto da ocorrência de crises cambiais em outros países – México, Ásia e Rússia – que impuseram ao Governo ações de política econômica no sentido de conter a fuga desses capitais do país”. Para este autor, as políticas econômicas do Brasil nunca haviam sido tão automáticas em relação a dinâmica internacional, determinadas de fora para dentro, como nesse período após a implantação do Plano Real, praticando uma política de *stop and go*. Como será analisado a

seguir, o Brasil entra em fases de crescimento alternado com fases de recessivo-estagnacionista.

Com a crise do México em 1994, a economia brasileira sofre com a fuga dos capitais especulativos (capitais internacionais de curto prazo), e este fato implicou, em primeira instância, na desvalorização do Real, com a mudança da banda informal de R\$ 0,82 – R\$ 0,86 para uma banda formalizada pelo Banco Central de R\$ 0,88 – R\$ 0,93 e, logo depois, para R\$ 0,91 – R\$ 0,99 (FILGUEIRAS, 2006). Contudo, conforme o autor, essa providência ocasionou ainda mais a saída de capitais, o que em vez de resolver, agravou o problema. Para controlar a situação, que ameaçava gerar uma crise cambial, o Governo adotou como principais medidas: consecutivas elevações dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central, com o crescimento acentuado das taxas de juros; redução dos prazos dos consórcios e prestações nas compras; aumento das alíquotas do Imposto de Importação para mais de cem produtos de consumo durável; estímulos à exportação; incentivos à entrada de capitais especulativos; e o estabelecimento de quotas de importação para os automóveis (FIGUEIRAS, 2006).

Porém, apesar da crise no México, o PIB brasileiro apresentou crescimento no período de 1994 a 1997, conforme pode ser visto no Gráfico 01, representado pelas taxas médias de variação do PIB respectivas de cada período: 42,65%, 34,03%, 9,20%, 3,75%. Nos anos de 1998 e 1999, a economia brasileira apresentou quedas sucessivas no PIB de -3,14% e -30,42%, reflexo este das crises da Ásia (1997-1998) e da Rússia (1998-1999), respectivamente. Este movimento de queda no PIB, especificamente em 1998, também foi seguido por outros países, mas não se restringindo exclusivamente a esses, como: Japão (-9,50%), Coréia do Sul (-32,83%) e Canadá (-3,25%). Ver Anexo 02.

GRÁFICO 01



Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

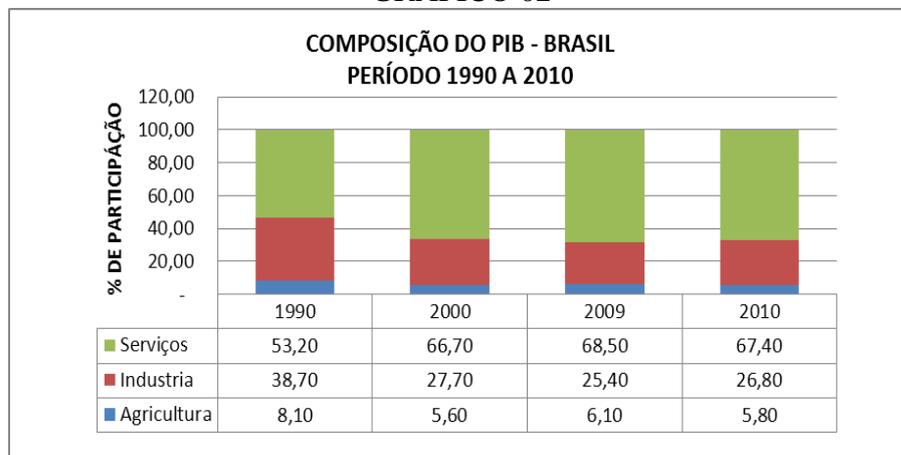
Tratando do desempenho da economia brasileira, nota-se uma queda da participação da indústria, em valores absolutos em USD, nos anos de 1991 e 1992, havendo um pequeno crescimento em 1993 e um crescimento mais significativos nos anos de 1995 a 1997. Ver

Anexo 03. Apesar desse movimento há de se considerar a possibilidade de desindustrialização da economia brasileira na qual há uma redução da participação da indústria na composição percentual do PIB. Por desindustrialização, entende-se o processo que é marcado pelo desaparecimento de algumas empresas pertencentes a setores industriais importantes das economias Latino-Americanas, representadas mais fortemente pela Argentina, Chile e com menor vigor o Brasil, segundo Sandroni (1999). Entretanto pode-se destacar que este fenômeno também será registrado em outras economias, a exemplo da Rússia.

A indústria em 1990 representava 38,70% do PIB brasileiro, caindo para 27,70% em 2000, e finalmente em 26,80% em 2010. Essa queda também foi seguida pela agricultura, a qual também caiu de 8,10% em 1990, continuou caindo a 5,60% em 2000, e teve um pequeno crescimento em 2010 de 5,80%. O setor de serviços, diferentemente dos outros setores, cresceu substancialmente. Em 1990 apresentava uma participação de 53,20% do PIB, em 2000, 66,70%, e em 2010, 67,40% de crescimento. Entende-se que é o fenômeno sobre o qual se declara que a economia brasileira está se desindustrializando. Trata-se de haver um crescimento na indústria, como apontado no início deste parágrafo, mas que este, em valores relativos, perde significado diante do PIB, conforme pode ser visto no Gráfico 02, na sua composição setorial.

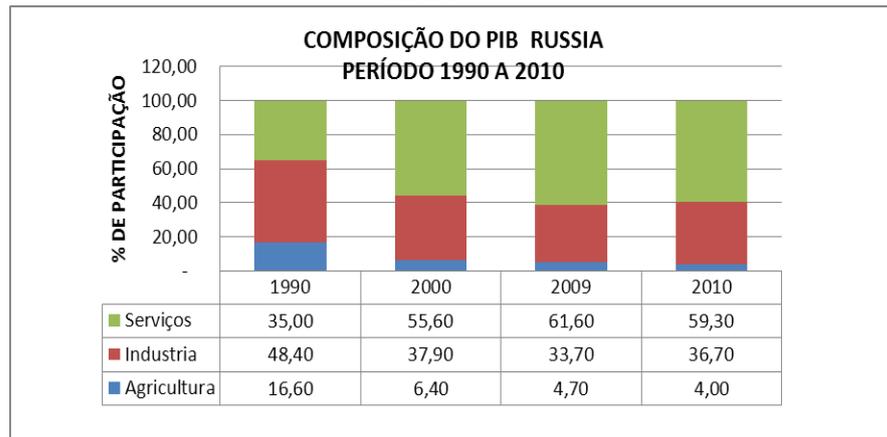
Semelhantemente ao comportamento do PIB brasileiro, no cenário internacional, algumas nações também seguem um processo de desindustrialização, no qual o setor de serviços tem crescido em representação e significado mais que os outros setores econômicos, como exemplo: Rússia, Índia e China, além da Argentina e Chile, economias latino-americanas com realidades próximas à economia brasileira. Ver gráficos 03, 04, 05, 06 e 07.

GRÁFICO 02



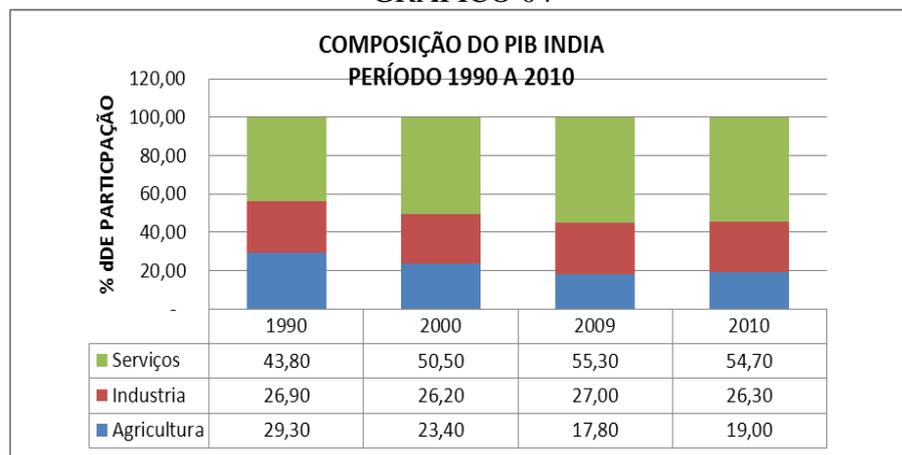
Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

GRÁFICO 03



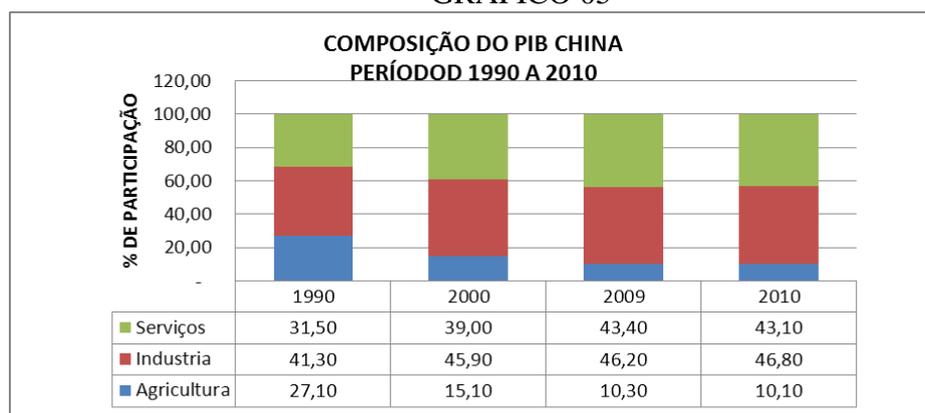
Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

GRÁFICO 04



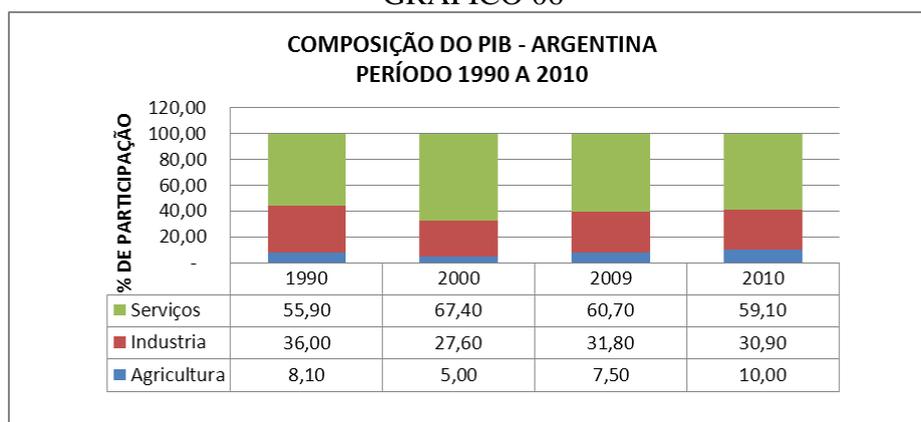
Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

GRÁFICO 05



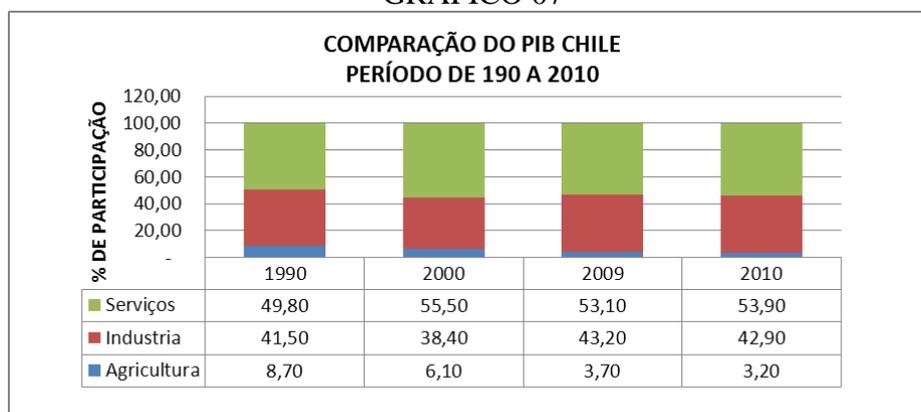
Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

GRÁFICO 06



Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

GRÁFICO 07



Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

Nota-se que em todas essas economias há um crescimento significativo da participação do setor de serviços na composição do PIB dos países, em detrimento da diminuição da importância ou da contribuição do setor industrial ou agrícola.

Ainda com relação a discussão anterior, Bresser-Pereira (2010) afirma que o Brasil iniciou o processo de desindustrialização desde a década de 90 a partir dos seguintes fatos: a valorização da moeda nacional, a diminuição das oportunidades de investimentos voltados para a exportação, a queda da poupança, a entrada maciça de produtos importados no mercado brasileiro que resultou na quebra ou na estagnação das empresas nacionais.

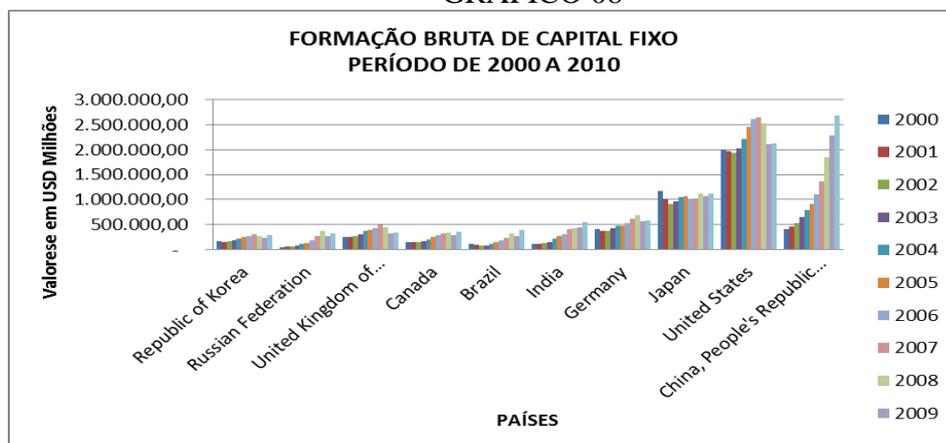
Assim, com relação a evolução estrutural recente da economia brasileira, Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 94 apud Magalhães, 2010, p. 24) destacam que “há perda de dinamismo da indústria de transformação, com a especialização em setores intensivos de recursos naturais e a desarticulação de cadeias produtivas”. Para os autores, o papel negativo das *commodities* nesse processo é resumido da seguinte forma: “o país está aprofundando o padrão de especialização retrógrada, que se caracteriza pela reprimarização das exportações por meio da crescente participação dos produtos primários no valor das exportações”.

Nesse sentido, Magalhães (2010) discute que o erro cometido pelo governo Lula foi justamente o fato de não ter implementado as políticas industriais que foram formuladas em seus dois mandatos. Isso porque, para o autor, o crescimento econômico eficaz é resultado do avanço no processo de industrialização.

Analisando essas questões, Magalhães (2010) chama a atenção para o fato de que a inexistência de estratégia econômica no Brasil vem ocasionando uma mudança estrutural, que consiste na modificação do padrão de exportações, de produtos manufaturados para produtos primários. Assim, o resultado desse processo “está levando gradualmente o país ao debilitamento e ao eventual desaparecimento de setores industriais mais refinados, de vital importância em modelos desenvolvidos” (MAGALHÃES, 2010, p. 25).

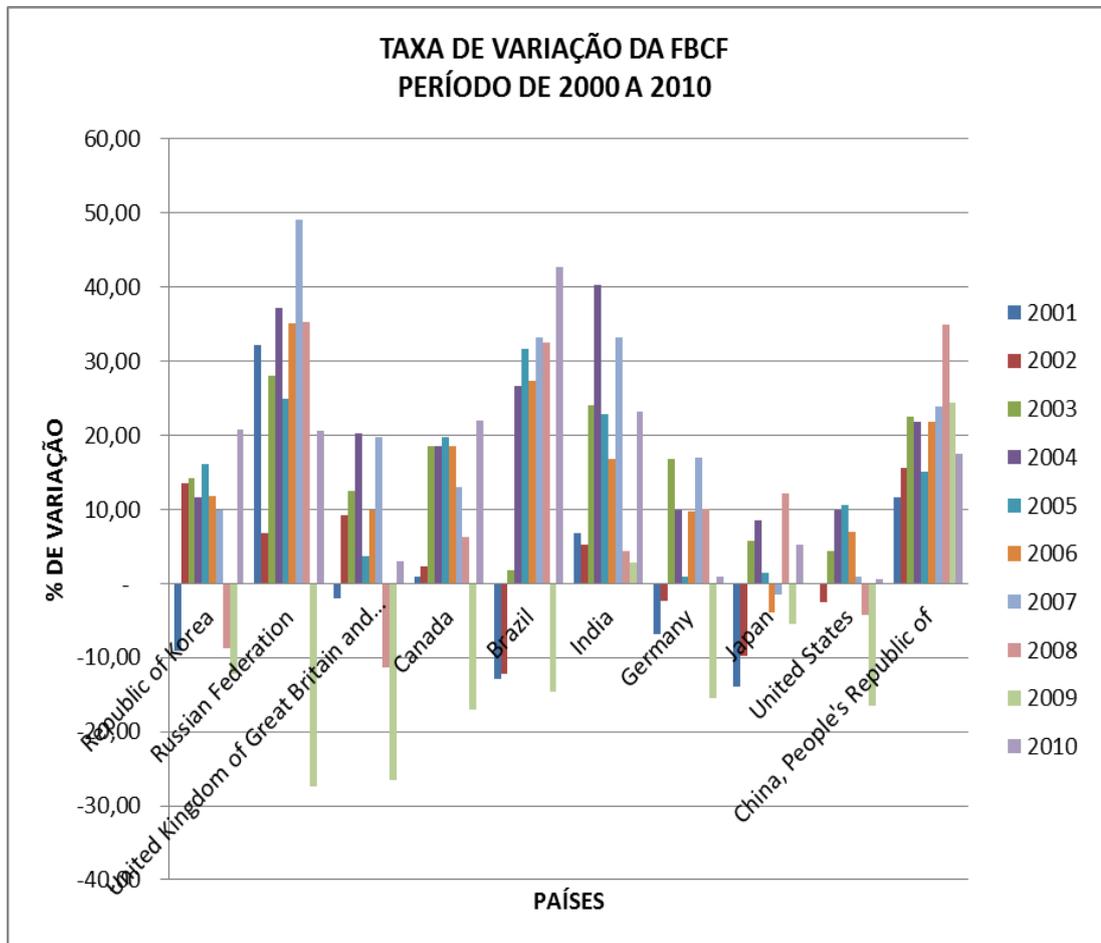
Analisando o desempenho da economia brasileira, a Formação Bruta de Capital vai acompanhar o desempenho da indústria, como já visto anteriormente. O país sofre pela ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento Industrial. No Governo Lula, foi planejado o PAC, o qual deveria cobrir esta demanda, mas efetivamente não foi implementado na amplitude proposta referente aos aspectos de infraestrutura básica, sobretudo no que diz respeito a Indústria de Base ou de Capital. Quando comparados com o desempenho de crescimento da FBCF em outros países nota-se que o crescimento da FBCF no Brasil foi menor. A taxa de crescimento média da década de 2000 do Brasil foi de 15,62% na FBCF. Índia apresentou taxa de crescimento média 17,96% contra uma taxa de 20,9% da China para o mesmo período. Dentre todos os membros do BRIC a Rússia obteve melhor desempenho na FBCF no período, como invejáveis 24,17% de taxa média de crescimento anual. Há Formação Bruta de Capital no Brasil, mas a forma como esta acontece é menos acelerada quando comparada com outros países, membros do BRIC. Ver gráficos 08 e 09.

GRÁFICO 08



Fonte: Banco Mundial/ Elaboração: Própria

GRÁFICO 09



Fonte: Banco Mundial
Elaboração: Própria

3.2 O Plano Real e o Combate à Inflação

A inflação crônica e desenfreada no Brasil tornou-se “o principal fator de estrangulamento da nossa economia afetando de forma muito adversa os investimentos produtivos e, conseqüentemente, a geração de empregos” (FRANCO, 1994, p.15 apud BRUM, 2008, p. 452). A inflação, ancorada e impulsionada pela indexação generalizada, tornou-se o maior problema da economia brasileira, acentuando gradativamente a concentração de renda e aprofundando a desigualdade social no decorrer de várias décadas. (BRUM, 2008).

Segundo Brum (2008) muitas foram as tentativas frustradas de combate à inflação por meio de tratamentos de choque, o que gerou distorções na economia e desconfiança da sociedade. Desse modo, o autor destaca que, o combate efetivo ao problema da inflação foi permitido a partir da implantação do Plano Real, divulgado em 7 de dezembro de 1993. O objetivo do Plano era “estabilizar a moeda e recuperar-lhe a confiança, atacando as causas básicas da inflação” (BRUM, 2008, p. 482).

Diante dessas questões, Filgueiras (2006, p. 149) afirma categoricamente que “o Plano Real atingiu o seu objetivo explícito e mais imediato, que era derrubar a inflação”. Nesse sentido, vale ressaltar, segundo o autor, que o caminho percorrido da inflação pós-Real passou por dois momentos distintos, que corresponderam, justamente, aos dois governos de FHC. No primeiro governo, os índices de inflação caíram gradativamente, atingindo, no final de 1998, percentuais próximos ou inferiores de 1% ao ano. Esse desempenho resultou do processo de abertura comercial e do uso da âncora cambial – que consistia na sobrevalorização do Real frente ao dólar. O resultado disso foi a perda da competitividade da indústria brasileira, resultando em queda das exportações e aumento nas importações, gerando déficits no balanço de pagamentos, além de uma grande dependência de capitais internacionais. Esse movimento teve como consequência a eclosão da crise cambial em 1999, que obrigou a mudança da política cambial, assim como dos mecanismos de combate à inflação (FILGUEIRAS, 2006).

No segundo governo de FHC, logo no início, devido a crise cambial, as taxas de inflação voltaram a subir. Nesse período, os índices anuais chegaram a casa dos dois dígitos no primeiro ano da crise e da adoção do câmbio flutuante. A consequência foi uma forte desvalorização do Real, acarretando o aumento considerável dos índices inflacionários. Na sequência, em 2000, houve um movimento de valorização do Real e a diminuição dos índices de inflação, devido ao retorno de capitais internacionais, assim como, da adoção do regime de metas inflacionárias, da ausência de indexação generalizada de preços, da obtenção de elevados superávits primários, e do crescimento das reservas internacionais. Nos dois últimos anos do Governo FHC, com a ocorrência de mais duas crises cambiais na economia brasileira, a inflação voltou a preocupar, com taxas mais acentuadas em relação às de 1999, devido a uma nova fuga de capitais e a uma grande desvalorização do Real (FILGUEIRAS, 2006).

No governo Lula é mantida a política macroeconômica que foi implementada no segundo período do Governo FHC, após a crise cambial de 1999, que se baseia em: metas de inflação, elevados superávits fiscais primários e câmbio flutuante (FILGUEIRAS e outros, 2010). Inicialmente, a partir de 2003, as taxas de inflação caíram sistematicamente devido a alguns fatores como: aceleração e consolidação de elevados saldos na balança comercial, em virtude do aumento das exportações de *commodities* agrícolas e industriais, levando ao aumento das reservas, divisas, o que possibilitou o Governo manter o controle sobre a política cambial; a radicalização da política econômica ortodoxa; um novo período de taxas de juros mais elevadas; e, o aumento de superávits fiscais primários. No período de 2003 a 2006, elas se mantiveram abaixo dos intervalos superiores estabelecidos para as metas de inflação. Essa trajetória de redução das taxas de inflação foi influenciada pela valorização do real. Já no período de 2007 a 2009, houve uma trajetória de declínio da taxa de juros e maiores taxas de crescimento, o que levou a um pequeno aumento das taxas de inflação, ficando, contudo, abaixo das metas em dois desses anos (FILGUEIRAS e outros, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto tem-se a considerar que, no mundo onde as informações circulam cada vez mais rápido, em maior velocidade, e ainda estando conectadas simultaneamente as ações tomadas, decididas e/ou sofridas implicarão em profundos impactos nas economias internacionais.

Na década de 90, o Brasil sofreu de forma significativa com as crises do México, Ásia e Rússia, pois a sua economia (Brasil) saía de um processo de reestruturação e estabilização

através dos Planos Collor e Real. No que se refere a crise de 2008, o país conseguiu sofrer um impacto menor devido as suas estratégias de incremento da economia através do PAC, sobretudo, nas ações de infraestrutura e sociais inclusivas.

O risco iminente das crises mundiais afetarem economias nacionais é real. Entende-se que a postura que pode salvar um país diante de uma crise econômica está fincada numa política interna forte e diversificada a qual consiga fazer leituras claras de cenários internacionais e seus impactos ao mesmo tempo que deve manter o foco em fortalecer seu mercado interno e diversificar parceiros internacionais em transações correntes. Outro aspecto fundamental está ligado a composição do seu PIB que necessita fortalecer a indústria de base na qual o país poderá investir na geração de tecnologia e consequente desenvolvimento econômico. O caminho para o desenvolvimento econômico do país será, efetivamente, envidar esforços e todos os recursos possíveis à formação de valor adicionado como diferencial competitivo para a sua economia.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog/GNI-per-capita-Atlas-and-PPP-table> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog/global-development-finance> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog/at-a-glance-table> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/data-catalog/global-statistics> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil vive desindustrialização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de agosto de 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 29, n. 1, p. 133-134, jan./mar. 2009.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 25º. ed. Ijuí: Unijuí, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 109-131.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 10º. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

FARHI, Maryse *et al.* A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 29, n. 1, p. 135-138, jan./mar. 2009.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-34.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: < <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=17&Lg=1> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: < <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp> >. Acesso em 01 de maio de 2012.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SOUZA, Laumar Neves de. **Aula 07: reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. Economia Contemporânea**. Curso de Lato Sensu Acadêmico em Administração, Campus Feira de Santana, 12 a 14 de abril de 2012.